

Broadcast, 12 de Dezembro de 2022

ESPECIAL: TRANSIÇÃO INDICA QUE PL DO MERCADO LIVRE SERÁ REAVALIADO POR NOVA EQUIPE DO MME

Por: Marlla Sabino

Integrantes do grupo técnico de transição do governo eleito querem que alguns parâmetros previstos no projeto de lei que abre o mercado livre de energia elétrica sejam reavaliados pela equipe que assumirá o comando do Ministério de Minas e Energia (MME). A equipe afirma que a versão mais atual do texto não é amplamente conhecida e há ainda quem considera que o PL foi baseado em uma consulta pública antiga, com alguns pontos já defasados. A sinalização representa que a pauta, prioritária para o setor, deve sofrer novos percalços até que seja aprovada.

"O MME enviou uma nova versão do PL em outubro. Não dá tempo para analisar a nova versão. O relator disse que deixaria a votação para o próximo ano de forma que o novo ministro possa fazer a análise da nova versão", disse o coordenador executivo do GT de Minas e Energia, Mauricio Tolmasquim. Ele classificou a reavaliação do PL pelo novo ministro como uma "obrigação".

A proposta que tramita no Congresso é derivada da consulta pública 33, realizada em 2017 pelo MME com intuito de aprimoramento do marco legal do setor elétrico. A pauta chegou a avançar no Congresso e foi aprovada pelo

Senado, mas está travada na Câmara desde o início do ano passado. Neste ano, uma versão preliminar do parecer do relator, o ex-ministro e deputado Fernando Coelho Filho (União-PE), chegou a circular nos bastidores, mas nada avançou na Casa apesar das promessas de que a matéria seria analisada.

Ainda durante a elaboração do plano de governo do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe responsável já sinalizava a preferência pela abertura do mercado livre com o aval do Congresso Nacional e o aprofundamento em alguns pontos da proposta. Entre eles, a discussão de como serão tratados os chamados "contratos legados", ou seja, os contratos de longo prazo firmados pelas distribuidoras e a criação de um supridor de última instância, mecanismo que garante o fornecimento de energia para aquele consumidor que migrar para o ambiente livre.

Ontem, o ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, anunciou que a pasta encaminhará à equipe de transição o relatório do resultado da consulta pública da minuta de portaria sobre abertura de mercado para todos os consumidores. A pasta ainda elaborou uma proposta de texto para o PL 414/2021, que inclui pontos como a vedação dos descontos na tarifa de uso para consumidores de baixa tensão, mecanismos de ajuste de portfólio das distribuidoras, encargo de migração e a definição de um preço de referência de um produto padrão a ser contratado pelos consumidores.

O professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), Nivalde de Castro, avalia que a decisão de adiar a votação é "muito coerente". Em linha com integrantes da transição de governo, o especialista defende que a abertura seja feita por meio de um projeto de lei e que algumas questões para modernização sejam equacionadas para evitar problemas futuros. "Esse projeto

de lei tem uma dimensão muito grande em relação a mudanças. Vai entrar uma equipe mais experiente no Ministério e vai dar mais tempo para aprimorar a proposta que está em jogo", afirmou.

Link para a matéria original:
<http://broadcast.com.br/cadernos/financeiro/?id=ZE5XYkZreWt5ZldsRjR2UTJqV0NhZz09>